

Vozes dissonantes: os livros rejeitados dos Concursos de Literatura Colonial (1926-1933)

Helder Thiago Maia

UNIVERSIDADE DE LISBOA/CECOMP

ABSTRACT

Organized between 1926 and 1974, the Portuguese Colonial Literature Competitions aimed to build a colonial library that could serve as colonial propaganda and awakening a taste for colonial causes in young people. In this article, we analyze three works entered in competitions, between 1926 and 1933, which were disqualified, according to the competition minutes, for not serving as colonial propaganda. We focus on *Facêtas d'Angola* (1926), *Os Aventureiros da Selva* (1929), and *Na Costa d'África* (1933), aiming to understand their specific disqualification motivations.

Keywords: Colonial Literature, Colonial Literature Competitions, Declassified Books.

Organizados entre 1926 e 1974, os Concursos de Literatura Colonial portuguesa visavam construir uma biblioteca colonial que fosse capaz de servir como propaganda colonial e despertar na juventude o gosto pelas causas coloniais. Neste artigo, analisamos três obras inscritas nos concursos, entre 1926 e 1933, que foram desclassificadas, segundo a ata dos certames, por não servirem como propaganda colonial. A partir de *Facêtas d'Angola* (1926), *Os Aventureiros da Selva* (1929) e *Na Costa d'África* (1933), estamos interessados em entender as motivações concretas para a desclassificação das obras.

Palavras-chave: Literatura Colonial, Concursos de Literatura Colonial, Obras Desclassificadas.

Ngana Hongolo kiambote, Kiua Hongolo!
(Tradição Oral Bantu)

A literatura colonial portuguesa é um *corpus* relativamente esquecido e submerso, mas o seu imaginário ainda permanece vivo e insepulto, visto que a colonialidade também é uma construção literária do presente. Exumar a literatura colonial, portanto, como sugere Francisco Noa (2002, 33), pode nos proporcionar importantes perspectivas não só para entendermos o passado e o presente, mas também para reorganizarmos e inventarmos o futuro.

Neste artigo, examinamos parte dessa biblioteca colonial, especialmente a literatura colonial portuguesa de temática africana que foi produzida durante a fase ‘republicana’ dos Concursos de Literatura Colonial, a qual compreende o período anterior ao Estado Novo, conforme Alberto Oliveira Pinto (2010, 197) e José Luís Lima Garcia (2008, 133). Organizados inicialmente a partir da Portaria n. 4.565, de 12 de janeiro de 1926, os referidos certames visavam “intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colônias e da obra colonial portuguesa”, e entendiam que a literatura, especialmente o romance, “constitui um excelente meio de propaganda, muito contribuindo para despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas coisas coloniais” (BGC 1926/7, 169).

De forma geral, a partir de Salvato Trigo (1987) e Manuel Ferreira (1989), podemos dizer que a “literatura colonial pretende ser, fundamentalmente, um hino de louvor à civilização colonizadora, à metrópole” (Trigo 1987, 145), sendo “a expressão de uma prática e de um pensamento que assentam no pressuposto da superioridade cultural e civilizacional do colonizador” (Ferreira 1989, 250). Assim sendo, as suas principais características, como aponta Inocência Mata (2014, 64-65), seriam: a subalternização das populações africanas, o heroísmo do colono, a construção do espaço como *locus horrendus*, a apologia da colonização como missão civilizadora e o desejo em despertar na juventude portuguesa o gosto pelas causas coloniais.

A partir dessas constatações, mas também devido à longevidade do concurso, cuja linha editorial foi afetada pelas mudanças na política colonial portuguesa¹, analisamos três obras que se inscreveram nos Concursos de Literatura Colonial, no período entre 1926 e 1933, mas que foram rejeitadas, segundo as atas dos certames, sob a alegação de que não serviriam como propaganda colonial. Estamos interessados em investigar não só como esses autores constroem as relações entre colonizadores portugueses e populações africanas, em diálogo com as constatações de Trigo (1987), Ferreira (1989) e Mata

¹ Sobre as diferentes fases dos Concursos, consultar Noa (2002), Pinto (2010) e Garcia (2011).

(2014), mas também quais seriam as motivações específicas para a exclusão dessas obras do referido certame.

Cabe salientar que as três obras são consideradas como parte da literatura colonial tanto por seus autores, que as inscreveram nos concursos, quanto pela crítica literária, que tem tomado todas as obras inscritas como parte desse *corpus*. No entanto, duas dessas obras pertencem à fase ‘republicana’ dos Concursos de Literatura Colonial, organizados entre 1926 e 1931 pela Agência Geral das Colônias, enquanto a última obra analisada faz parte do primeiro ano da fase ‘imperial’ do referido certame, que diz respeito aos concursos organizados, de acordo com José Luís Lima Garcia (2008, 133), entre 1933 e 1951.

Apesar deste último livro não ser parte temporalmente dos Concursos da fase republicana, entendemos que a sua leitura dentro deste período histórico é necessária não só porque a obra foi escrita antes do Estado Novo e descreve acontecimentos do período republicano, como mostraremos o texto foi finalizado em 1933 e narra episódios ocorridos entre 1916 e 1917, mas também porque não há alterações significativas no regulamento do concurso de 1933, cuja principal modificação diz respeito ao estabelecimento de três categorias de prêmios (textos literários, textos históricos e literatura científica), ao contrário dos concursos anteriores onde havia apenas uma única categoria, como também aponta Garcia (2008, 134)².

Assim sendo, analisamos *Facêtas d’Angola*, publicado em 1926, de Amável Granger, que participou do primeiro concurso, *Os Aventureiros da Selva: scenas d’Africa*, publicado em 1929, de Amaral Júnior e Fidalgo dos Santos, que participou do quarto concurso, e *Na Costa d’África: memórias de um médico expedicionário a Moçambique*, publicado em 1933, de Américo Pires de Lima, que participou do sétimo concurso.

Os três livros analisados fazem parte de um conjunto de cinco obras que foram rejeitadas pelos Concursos de Literatura Colonial, entre 1926 e 1933, por questões políticas, ou melhor, por não servirem como propaganda colonial³. No entanto, neste período, que teve o jornalista Julião Quintinha como grande vencedor, tendo recebido três prêmios, nos sete concursos realizados, sessenta e três obras foram inscritas e avaliadas, e além das cinco que foram renegadas por questões políticas, outras treze obras foram excluídas do certame por não cumprirem o edital do concurso, especialmente no que se refere a quantidade mínima obrigatória de duzentas páginas por livro. As obras desclassificadas por

² Ademais, de acordo com a periodização proposta por Noa (2002, 63-64), a primeira fase dos Concursos, denominada exótica, abrange todas as obras dos anos 20 e 30.

³ Por limitações ao tamanho deste artigo, as outras duas obras, *D’aquem & D’alem-mar: chronicas de viagem (1923-1924)*, publicada em 1928, de Veva de Lima, que participou do terceiro concurso, e *Em terra de Pretos: crónicas d’Angola*, publicada em 1929, de Henrique Galvão, que participou do quarto concurso, são analisadas em outro artigo (Maia, 2023).

questões formais, entretanto, não fazem parte do escopo deste artigo, uma vez que estamos interessados em entender as motivações políticas para a rejeição das obras selecionadas.

Não servem como propaganda colonial: o irônico opúsculo, o amor entre brancos e a grande guerra

Apesar de não ter sido desclassificada sumariamente do Concurso de Literatura Colonial, como ocorreu com as outras obras que aqui analisamos, o que mostra uma maior tolerância do primeiro certame em relação às críticas ao colonialismo português, a ata do primeiro concurso, publicada no número 14 do *Boletim da Agência Geral das Colônias*, em agosto de 1926, diz que *Facetas de Angola*, de Amável Granger, é uma “Obra de crítica ao que se tem feito e faz em Angola”, que deixa nos leitores “um grande desalento”, especialmente nos que “não conheçam as qualidades extraordinárias da raça e do trabalho formidável que temos realizado em Angola” (BGC 1926/14, 155). Por conta disso, apesar de contar “por vezes com páginas interessantes”, o livro não foi classificado por “mérito absoluto” e por isso não concorreu à premiação (BGC 1926/14, 156), conforme a portaria 4.565/1926, que regulamenta os certames da fase republicana, que em seu artigo 3º, parágrafo único, diz que “As obras que não conseguirem classificação em mérito absoluto não tem direito ao prêmio” (BGC 1926/7, 170).

Nos certames seguintes, o júri não foi mais tão tolerante com as obras que ousavam problematizar o colonialismo português, descartando-as antecipadamente. Assim, no IV Concurso de Literatura Colonial, *Os Aventureiros da Selva* foi desclassificada sumariamente, de acordo com a ata publicada no número 55 do mesmo *Boletim*, em janeiro de 1930, por não servir como propaganda colonial, uma vez que não só retratava aventuras em colônias estrangeiras, mas também porque trazia na capa do livro “um branco de faca em punho avançando sobre um preto que foge”, o que “não ajudaria muito a fazer a nossa propaganda” (BGC 1930/55, 162).

Inscrita na segunda categoria, que diz respeito a obras de “história, viagens, biografias e etnografia”, conforme artigo 47, do Decreto 21.001/1932, *Na Costa d’África* também foi desclassificada sumariamente do sétimo Concurso. De acordo com a ata publicada no número 98-99, em agosto de 1933, “apesar do seu valor literário”, a obra não foi admitida por que se tratava de “um libelo contra actos administrativos, pelo que não pode ser de modo algum considerado como uma obra de propaganda do Império Colonial Português” (BGC 1933/98-99, 98).

Facêtas d'Angola

Apesar de ser escrito a partir de Luanda entre dezembro de 1922 e agosto de 1924, os dezassete capítulos de *Facêtas d'Angola* se destacam não pela interferência de línguas nativas africanas na obra, mas, contrariamente, pelo uso recorrente de expressões e palavras do latim e do francês. Esse distanciamento, entre portugueses e populações africanas, construído desde a linguagem, é, como veremos, um reflexo tanto da formação acadêmica, militar e familiar do autor quanto da forma subalternizante com que entende e narra as populações locais.

Amável Granger, no Prólogo, diz que em seu “opusculo” não há nem inovações de ideia nem originalidade na forma, uma vez que se entende como publicista, e não como um “escritor de *verdad*” (1926, 9-11). Acrescenta ainda que pretende narrar a verdade sobre a colonização de Angola, sem ideias preconcebidas (15), o que realmente não consegue, uma vez que facilmente se percebe o constante diálogo do autor com o darwinismo social e o higienismo finissecular, e, por fim, afirma que sua obra se contrapõe aos “cânticos de sereia” da imprensa portuguesa, que ao abordarem a colonização pouco traduziriam a realidade (19).

Militar e engenheiro português de descendência francesa (Granger 1926, 279), Granger não era um mero viajante, ao contrário, esteve em Angola por quase duas décadas em três diferentes oportunidades (131). Entre 1895 e 1900, trabalhou nos estudos para a construção da rede ferroviária de Angola, entre 1903 e 1915, atuou na fiscalização da construção da malha ferroviária que estava sob concessão de Robert Williams, e entre 1922 e 1925, trabalhou na fiscalização da construção da linha férrea entre Luanda e Ambaca (Calmeiro 2014, 30). Essa longa permanência nos permite dizer que as opções linguísticas e narrativas do autor não decorrem de um desconhecimento da realidade angolana, mas, pelo contrário, trata-se da reafirmação de uma identidade portuguesa, que é narrada como incorruptível e fechada ao diálogo com a alteridade africana.

De forma geral, podemos dizer que a obra constrói a relação entre colonizadores e colonizados a partir de uma associação entre: colonização portuguesa narrada como precária e pouco heroica, populações nativas entendidas como primitivas e inferiores, estrangeiros europeus descritos como invejosos e que trabalham contra a presença portuguesa em África e espaço físico quase sempre entendido como impróprio para europeus. Nesse sentido, dialogando com Trigo (1987), Ferreira (1989) e Mata (2014), podemos dizer que embora repita os tópicos da subalternização racial, cultural e civilizacional africana, da superioridade racial, cultural e civilizacional portuguesa, da apologia da colonização como missão civilizadora e do espaço como *locus horrendus*, a obra

de Granger, apesar de não questionar o colonialismo, desestabiliza o papel dos colonizadores e do Estado (republicano) português como figuras heroicas.

Sobre a subalternização racial, cultural e civilizacional das populações africanas, podemos dizer que Granger utiliza dois arcabouços teóricos que se retroalimentam: o darwinismo social e o higienismo. Nesse sentido, as populações africanas são narradas ora como bárbaras, selvagens, primitivas e indolentes (Granger 1926, 110-116), ora como crianças grandes em atrasado grau de civilidade (106-120), ora como raças degeneradas tanto fisicamente quanto moralmente (100).

Esses discursos, que se fundam e se organizam a partir de uma perspectiva racista, servem tanto à desumanização das populações negras africanas quanto à defesa da própria colonização como missão civilizadora. Assim, o autor não só se posiciona contrariamente à mestiçagem, uma vez que a entende como degeneração (Granger 1926, 100), e a qualquer discurso que pressuponha a liberdade dos “indígenas” ou a igualdade de direitos entre brancos, negros e mestiços (110-111), como também defende o regime de trabalho forçado, com a utilização de violência física e outras medidas repressivas, como forma de “civilizar” as populações africanas (114-118).

Quanto à presença de europeus não portugueses nos territórios africanos ocupados por Portugal, Granger os entende como parasitas (1926, 140), invejosos (145), perigosos e mal-intencionados (135), que colocam em perigo o domínio colonial (132) e atrapalham a soberania e a consolidação da alma portuguesa (141-146). O autor defende, portanto, que a imigração de europeus deve ser controlada (150), dado que esses estrangeiros “cobiçam, até à inveja, o nosso património colonial” (133), e que as missões religiosas, entendidas como mentalmente medíocres (126), devem ser expulsas ou fiscalizadas, visto que também trabalham contra a soberania portuguesa (143).

Como medida “prophylatica” sugere também uma melhor preparação dos colonizadores portugueses através de uma “instrução colonial” (Granger 1926, 137), especialmente porque os estrangeiros europeus não só vêm mais bem armados e preparados para África (8), como também ocupam quase todo o interior e conhecem Angola e Moçambique melhor do que os próprios portugueses (126). Por fim, afirma que os portugueses são chamados por outros europeus de raça inferior, que a imprensa internacional é injusta (Granger 1926, 144) e que o dogma de que o capital não tem pátria é uma mera ilusão (137). Nesse sentido, antecipando o discurso colonial estadonovista da década de 30, a presença estrangeira é entendida como um sintoma da precariedade e do imprevisto da colonização portuguesa durante o período republicano.

No que se refere ao espaço angolano, o autor o descreve principalmente a partir do aparato teórico higienista. Assim, concentra-se na descrição dos perigos do clima, dos “excessos de temperatura” (Granger 1926, 165), para a saúde dos

colonizadores portugueses. Granger, como todo darwinista social, explicita quais vidas devem ser protegidas por medidas de “higiene”, a dos brancos portugueses, e quais vidas podem ser descartadas, a das populações negras nativas. Neste cálculo de desumanidade, o trabalho forçado das populações nativas, independentemente dos efeitos do clima sobre este grupo, é entendido e justificado como uma medida de higiene que garante a sobrevivência dos colonizadores portugueses, como podemos ver a seguir.

Consequencia do rigor nas condições mesológicas climatéricas, - repito -, o europeu não se pode entregar habitualmente a trabalhos phisicos arduos, em Angola. Pelo menos emquanto os recursos da sciencia, - a hygiene á frente, - lhe não ensinarem novas condições praticas de defesa. Impossibilitados, pois, de effectivar a exploração directa, teremos aqui que lançar mão da *dominação* (Granger 1926, 110).

No entanto, Granger também aponta para o imprevisto português no que se refere a medidas de “higiene”, seja quando diz que diante de uma epidemia em Angola o socorro do governo português só chegou meses depois quando a peste já tinha acabado (Granger 1926, 110), seja quando descreve a urbanização e a construção de casas para funcionários públicos em áreas pantanosas, cujos “efeitos sanitários” foi o adoecimento das famílias portuguesas (168-170).

Enquanto a violência colonial é repetidamente justificada no livro, inclusive, como pudemos ver, como uma medida profilática que visa salvaguardar o corpo branco colonial, podemos dizer que a precariedade e o imprevisto do colonialismo português são não só o principal tema da obra de Granger, mas são também a principal causa para que o livro seja rejeitado pelo I Concurso de Literatura Colonial.

No entanto, é preciso esclarecer que as repetidas e irônicas críticas ao colonialismo português não significam nem uma defesa da independência dos países africanos nem uma defesa de qualquer “igualitarismo”, muito pelo contrário, as críticas têm o objetivo de aperfeiçoar a colonização e não a extinguir (Granger 1926, 106). Em sua defesa diante da desqualificação da obra, em carta publicada no número 16 do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, em outubro de 1926, dois números após a publicação da ata que desclassificou o livro por não servir como propaganda colonial, Granger recupera trechos da obra e esclarece que as “notas dolorosas” do livro devem servir para remediar os atuais males do colonialismo português. As críticas, portanto, explica o autor, visam retirar Portugal de sua letargia (BGC 1925/16, 169).

Assim sendo, há uma enxurrada de críticas ao governo colonial, quase sempre narradas de forma irônica, que dizem respeito, por exemplo: aos problemas de “higiene” na urbanização de Angola, sendo as casas construídas

pelo governo entendidas como uma abjeção arquitetónica (Granger 1926, 171); aos problemas na construção da malha ferroviária, que não seguem os projetos e fazem longos desvios (29); aos bancos ultramarinos, por não verem utilidade nos melhoramentos das colónias (32); aos constantes atrasos no pagamento de aposentados e funcionários públicos (33); à construção desordenada de estações telegráficas, que são sucessivamente abertas e logo depois fechadas, além de dependerem do transporte humano (49); à autonomia conferida pelo Estatuto do Alto Comissariado, que apenas transferiu os poderes do Terreiro do Paço para o Alto-Comissário, não tendo verdadeiramente descentralizado o poder (199-200); à multiplicação de leis, entendida como “inflação legislativa”, o que faz com que as pessoas comuns, mas também muitos advogados, ignorem a lei (38-39); à falta de racionalidade na aplicação da lei, que é feita de forma personalíssima em um sistema de compadrio (48); à suspensão dos serviços de aviação, que após consumir muito dinheiro foi abortado sem nunca ter entrado em funcionamento (50); à estrutura governamental nas colônias, que sofre constantes alterações na sua forma de organização, além de criar cargos que nunca são ocupados (73); e às estatísticas populacionais, que são produzidas com dados pouco críveis (131).

Ademais, o autor acrescenta que os funcionários públicos têm miolos de galinhas, que os legisladores são mentalmente medíocres e que o parlamento sofre de verborreia, que é mascarada como eloquência declamatória (Granger 1926, 54-58). Granger (1926, 258), constata que, assim como em Portugal, em Angola nada se termina, nem os estudos, nem as leis, nem os projetos, nem as obras públicas. Desse modo, o autor conclui que Portugal não está colonizando Angola, mas o que está fazendo é semear “desgraçados por esta Angola dentro” (97).

Especificamente sobre os colonos portugueses, sugere que não são perseverantes, mas teimosos sem tenacidade (Granger 1926, 251), e que, apesar de chegarem às colônias venturosos e animados, devido à falta de organização e preparo, voltam do interior entristecidos, estiolados e semivencidos (278). As longas e irônicas críticas de Granger são, portanto, um retrato fiel da precariedade, do imprevisto e da violência do colonialismo português nas primeiras décadas do século XX em Angola.

Os Aventureiros da Selva

Assim como os autores João Amaral Júnior e J. Fidalgo dos Santos, a novela *Os Aventureiros da Selva* é também ignorada pela crítica literária. Por conta disso, há escassas informações sobre os autores e desconhecemos qualquer texto crítico sobre a obra. As raras referências ao texto (Torgal, Paulo 2008; Oliveira Pinto 2010; Lima Garcia 2011; Sousa 2013) apenas recuperam as informações da ata do IV Concurso de Literatura Colonial, publicada, em janeiro de 1930, no número 55 do

Boletim da Agência Geral das Colônias, que reproduzimos a seguir, e dizem respeito unicamente à exclusão da obra do certame.

Os aventureiros da Selva, de J. Amaral Jr. E J. Fidalgo dos Santos, é uma novela em que se descrevem as aventuras de várias pessoas, entre as quais há um português, numa colônia estrangeira. E ainda bem que assim é, porque a capa do volume, em que se vê um branco de faca em punho avançando sobre um preto que foge correndo como um galgo, não ajudaria muito a fazer a nossa propaganda.

Talvez por todas estas razões é que o júri o não pudesse ter admitido ao concurso (BGC 1930/55, 162).

A novela, que está dividida em treze capítulos e uma conclusão, tem apenas cento e quatro páginas, o que certamente também levaria à exclusão da obra por não cumprir o edital do concurso, que previa, conforme o artigo 5º da portaria 4.565 de 1926, que os livros tivessem pelo menos duzentas páginas. Apesar disto, como podemos ver no excerto anterior, esta inconformidade não foi utilizada para a sua desclassificação.

O livro *Os Aventureiros da Selva*, em sua única edição de 1929, além da novela homônima, é composto também por outras três crônicas, “O Passageiro fantasma”, “A peça que pregou peça...” e “A Cilada”, cujas histórias não se relacionam com a novela e a autoria é apenas de Amaral Júnior. Devido às limitações ao tamanho deste artigo, optamos por analisar apenas o conteúdo da novela, no entanto as conclusões às quais chegamos podem ser estendidas às crônicas.

Os Aventureiros da Selva narra a história de quatro amigos de diferentes nacionalidades – o caçador português Gil Morgado, o transvaliano Pedro Duplessis, o médico yankee Max Stover e o engenheiro alemão Fritz Plugg – que vivem juntos em uma fazenda em Damara, território africano anteriormente ocupado pela Alemanha, mas que naquele momento estava sob domínio inglês, e que sobrevivem da caça clandestina de elefantes e da venda ilegal de marfim.

Se no plano extraliterário estas nações estavam envolvidas em guerras e intensas disputas diplomáticas pelo domínio colonial de África, sendo Damara um dos epicentros desses conflitos durante a Primeira Guerra Mundial, na novela, os autores constroem, através de seus personagens, uma grande conciliação entre países colonizadores, uma vez que todos vivem juntos e exploram unidos as riquezas africanas. Podemos dizer, portanto, que o texto literário sugere a ideia de que a exploração do continente africano pode ser mais lucrativa se os países colonizadores atuarem juntos.

Em uma posição de absoluta inferioridade, mas também gravitando em torno dessa irmandade, está Seyd, um homem negro africano, escravizado pelo português, que é narrado a partir do estereótipo do “bom selvagem”,

consequentemente é bárbaro, primitivo e selvagem, mas é também dócil, submisso e dedicado, sendo capaz tanto de dar a vida pelo seu “amo” (Amaral Júnior, Fidalgo dos Santos 1929, 8) quanto de chorar e planejar a própria morte quando o imagina morto (35).

Além de Seyd, há outros homens negros, como Pocolo e Dongo, que aparecem brevemente na novela, e também são narrados como bons selvagens. No entanto, apesar de receberem nomes, o que os individualiza, suas histórias e vidas estão reduzidas ao trabalho escravo a serviço dos brancos. Em outro espectro estão os “maus selvagens”, que, além de serem descritos como bárbaros, primitivos e selvagens, não só não recebem nomes e nem são individualizados, como Seyd, Pocolo e Dongo, como também são narrados como perigosos.

Ao longo de seis anos, os quatro homens vivem da caça de elefantes e da venda ilegal de marfim, ludibriando as autoridades coloniais ao se apresentarem como fazendeiros, e em suas expedições circulam entre os atuais territórios de Angola, Namíbia e África do Sul. Esse idílio homosocial é rompido com a chegada de uma mulher, a norte-americana Mary Rosemond. A personagem, que acidentalmente invade a fazenda quando seu cavalo corre de forma descontrolada para fugir do ataque de um búfalo, é salva da morte por Gil, que consegue laçar e retirar a jovem do cavalo. O português, assim, é construído não só como o caçador mais experiente, mas também como o grande herói, capaz inclusive de salvar os norte-americanos dos “perigos” de África.

A harmonia entre os homens, entretanto, não é quebrada pela disputa em torno do amor de Mary, ao contrário, a “jovem”, “linda” e “formosa” nova-iorquina (Amaral Júnior, Fidalgo dos Santos 1929, 33) rapidamente se apaixona pelo heroico Gil e o casal logo recebe o apoio dos outros amigos. Neste pequeno concerto de nações, o que os coloca em perigo é o fato do tutor de Mary ser a autoridade colonial responsável por impedir, entre outras coisas, a caçada de elefantes e a venda ilegal de marfim. Ademais, Erk Gotthard, o “inimigo implacável e quiçá temido” pelos quatro caçadores (53), planejava o casamento de Mary com o seu sobrinho, visando manter o valioso dote da órfã na sua família.

O dilema amoroso se transforma na fuga de Mary da casa do tutor e termina com a tentativa de invasão armada da fazenda dos caçadores. A jovem, apesar de não pegar em armas para defender a fazenda dos amigos, auxilia-os na defesa e termina sendo atingida pelo tiro de uma arma. Emocionado diante da pupila ferida, Gotthard faz as pazes com os caçadores, com a condição de que não cacem mais em sua jurisdição, e permite o casamento entre Mary e Gil, o que metaforicamente significa também a união entre Portugal e Estados Unidos. No fim, os noivos partem para Lisboa em lua de mel, onde Gil apresentará a Mary “os gloriosos encantos da linda terra portuguesa” (Amaral Júnior, Fidalgo dos Santos 1929, 102).

De forma geral, podemos dizer que a relação entre colonizadores e colonizados é construída a partir da associação: colonizadores aventureiros e irmanados na exploração do continente africano; português aventureiro e heroico; africanos entendidos como bárbaros, primitivos e selvagens, ainda que narrativamente divididos entre bons e maus selvagens; e espaço africano percebido como lugar de aventuras e perigos. Em diálogo com Trigo (1987), Ferreira (1989) e Mata (2014), podemos dizer, portanto, que a novela repete os tópicos da subalternização das populações africanas, do heroísmo e da superioridade racial, cultural e civilizacional do colonizador português e do espaço como *locus horrendus*. Além disso, os autores, ao construírem uma novela de aventuras, cujo conteúdo e estrutura narrativa está muito próxima da literatura juvenil, seguramente também desejavam despertar na juventude o gosto pelas causas coloniais.

No entanto, não podemos dizer que há uma apologia da colonização como missão civilizadora, ao contrário, as autoridades coloniais atrapalham os projetos dos caçadores. Os quatro homens vivem juntos em Damara porque “havam feito da caça a razão da sua existência” (Amaral Júnior, Fidalgo dos Santos 1929, 4), assim é exclusivamente o desejo de viver aventuras e de gozar de maior liberdade o que os leva a África. Não há, desse modo, nem no narrador nem nos personagens, qualquer preocupação ou justificativa sobre a colonização.

Apesar disso, talvez a grande motivação para a exclusão da obra do IV Concurso de Literatura Colonial diga respeito não à capa do livro ou ao fato de narrar as aventuras de um português que vive em território africano ocupado por outras nações colonizadoras, como sugere a ata do certame, mas à existência de pessoas negras escravizadas tanto na novela quanto nas crônicas, além do entendimento da escravidão como uma atividade honrada (Amaral Júnior, Fidalgo dos Santos 1929, 125). Afinal, no momento de publicação do livro, Portugal já procurava se desvencilhar diante do mundo e da Sociedade das Nações do seu passado escravocrata, por isso o livro não poderia servir como propaganda do Estado colonial português. Em diálogo com Oliveira Pinto (2010, p. 198), podemos dizer que, para além da capa, o conteúdo do livro traía o mito que se procurava fomentar do antirracismo português.

Ademais, a conciliação construída pela novela, entre portugueses, ingleses, alemães, transvalianos e norte-americanos, certamente também não servia à propaganda colonial portuguesa, uma vez que as circunstâncias históricas eram de acirramento das disputas e das tensões entre as nações colonizadoras em torno da posse de territórios africanos. Nesse sentido, seguramente podemos dizer que as motivações para a exclusão do livro dizem respeito à presença de pessoas escravizadas na narrativa e à construção de uma fantasiosa conciliação entre países colonizadores.

Na Costa d'África

O livro *Na Costa d'África*, assim como *Os Aventureiros da Selva*, também tem menos de duzentas páginas, o que contrariava o artigo 5º do Decreto 21.001 de 1932, que regulamentava o VII Concurso de Literatura Colonial, substituindo a Portaria 4.565 de 1926. Apesar do novo regulamento também determinar a exclusão das obras que tivessem menos de duzentas páginas, o testemunho de Américo Pires de Lima, tal como a novela de Amaral Júnior e Fidalgo dos Santos, não foi desclassificado por este motivo, que sequer foi posto em causa.

A obra foi sumariamente excluída do certame, como vimos, sob a alegação de que, apesar do seu valor literário e científico, “constitui um libelo contra actos administrativos, pelo que não pode ser de modo algum considerado como uma obra de propaganda do Império Colonial Português” (BGC 1933/98-99, 98). Todavia, como veremos, assim como *Facêtas d'Angola*, o autor buscava o aperfeiçoamento do colonialismo português e não o seu fim.

Ainda que seja uma obra esquecida pelos estudos literários, *Na Costa d'África* ainda circula, tanto jornalisticamente (Carvalho 2014; Marques 2017) quanto academicamente (Pereira 2019), como um importante testemunho do improvisado, da precariedade e do desastre sanitário das ações militares portuguesas em Moçambique durante a Primeira Guerra Mundial. Apesar de ter sido escrito entre 1931 e 1933, o livro narra episódios que aconteceram entre 1916 e 1917 e que dizem respeito à atuação da 3ª Força Expedicionária de Moçambique. De acordo com o autor, dois fatores explicam a demora na escrita e na publicação da obra: a vontade de esquecer recordações dolorosas e o desejo de se distanciar dos fatos para ter uma ideia mais nítida e desapaixonada do que ocorreu (Pires de Lima 1933, 1-2).

Pires de Lima (1933, 2) esclarece também que a obra não é um romance, mas um testemunho de uma verdade histórica dolorosa, de onde foram banidos, como também aponta o prefaciador (IX), quaisquer elementos ficcionais. Esta “verdade histórica”, no entanto, é construída a partir de um arcabouço teórico fundamentalmente higienista, o que se reflete tanto na descrição das populações nativas como primitivas, bárbaras e infantis quanto do espaço como insalubre. Interessado em produzir um discurso testemunhal, mas também (supostamente) científico, o autor incorpora outros dois médicos higienistas na obra, Ricardo Jorge, que assina o prefácio e reforça as críticas ao colonialismo português ao mesmo tempo em que atesta o discurso de autoridade médica do autor, e Abel Salazar, que ilustra o livro e produz um discurso visual sutil, mas igualmente higienista sobre as populações nativas africanas.

Apesar da presença de médicos higienistas no campo de batalha moçambicano, de acordo com Pires de Lima (1933, 89), as autoridades portuguesas, ao contrário de franceses, ingleses e alemães, atuavam de improviso e desconsideravam o saber médico e a “higiene tropical”. Assim, não só não vacinavam seus combatentes para enfrentar doenças tropicais, apesar da oferta gratuita de vacinas francesas (Pires de Lima 1933, 15), como também, no campo de batalha, utilizavam água imprópria para a saúde humana no abastecimento da tropa (23) e construíam acampamentos e hospitais em terrenos insalubres (90). O efeito destas decisões, como aponta o médico, é que as principais causas da hospitalização e da mortandade das tropas eram as doenças tropicais, especialmente a disenteria (92), e a fome (53), e não os ferimentos de guerra.

De forma geral, podemos dizer que a relação entre colonizadores e populações nativas africanas se constrói a partir das seguintes articulações: a guerra como uma irracionalidade, uma revivescência da animalidade dos homens civilizados, que distribui violências distintas a partir de um recorte racial; o improviso e a precariedade do governo português, o que o transforma no maior inimigo dos portugueses e da colonização; os colonos portugueses descritos como uma raça decaída em relação aos grandes portugueses do século XVI; os africanos narrados maioritariamente tanto como crianças grandes quanto como primitivos, selvagens e diabólicos, ainda que sejam também honestos e solidários; outros colonizadores europeus entendidos como usurpadores que cobiçavam as terras ocupadas por Portugal, mas que também eram mais produtivos e mais bem preparados; e o espaço descrito como insalubre, inóspito, ameaçador, capaz de azedar o temperamento, corroer a vontade de trabalhar e ainda provocar irritabilidade explosiva e depressão melancólica.

Isto posto, em diálogo com Trigo (1987), Ferreira (1989) e Mata (2014), podemos dizer que o livro de Pires de Lima repete as ideias da superioridade racial, civilizacional e cultural portuguesa, da inferioridade racial, civilizacional e cultural africana, do espaço como *locus horrendus* e da colonização como missão civilizadora. No entanto, definitivamente o texto não é um hino de louvor à colonização portuguesa, não constrói nem o governo nem os colonos portugueses como heroicos e dificilmente serviria para despertar nos jovens o gosto pelas causas coloniais, uma vez que a juventude, que é retratada no texto a partir dos soldados, é deixada para morrer no campo de batalha.

Sobre a guerra, que é descrita como uma instituição bárbara, uma revivescência da animalidade do homem civilizado (Pires de Lima 1933, 3), cabe destacar que, entre 1914 e 1918, metade da tropa portuguesa em território moçambicano era formada por homens africanos em serviço militar obrigatório (Abecassis 2014, 27). No entanto, se o pouco preparo para a guerra era algo que aproximava os soldados brancos e negros (Pires de Lima 1933, 115), o precário e

improvisado socorro médico era distribuído de forma desigual, inclusive espacialmente, a partir de um recorte racial que afirmava a humanidade do corpo branco e a subalternização e desumanização do corpo negro.

Nesse sentido, o autor descreve toda a precariedade dos hospitais para brancos – a falta de leitos e instrumentos hospitalares, o uso de remédios e comidas estragadas, o calor no interior das tendas hospitalares –, mas se recusa a entrar em detalhes sobre os hospitais para negros para evitar “melindres” (Pires de Lima 1933, 91). No entanto, é possível antever que o horror começava pela utilização do chão como cama hospitalar e dos coqueiros como teto. Podemos dizer, portanto, que a assistência médica dada aos soldados brancos afirma a precariedade e o imprevisto da colonização portuguesa, enquanto a desassistência médica dispensada aos soldados negros reafirma o caráter racista, violento e segregador do colonialismo português.

No que se refere ao governo e à administração colonial portuguesa, entendidos como “os mais ferozes inimigos de Portugal e dos portugueses” (Pires de Lima 1933, 127), há uma extensa lista de críticas que servem para mostrar a “leviandade” e a “irreflexão” (XI), a precariedade e o imprevisto (91), da colonização portuguesa daquele período. Ademais, o autor, sem qualquer preocupação com o corpo negro, aponta também para a violência a que o corpo branco e europeu estava sujeito por causa da má administração colonial. De acordo com Pires de Lima (1933, 18-21), o culto da mediocridade corroía o país, e por isso o império português estava desmantelado e a soberania em África era apenas nominal.

Entre as muitas críticas à administração colonial, podemos destacar: a falta de botes salva-vidas nos navios que transportavam soldados portugueses para Moçambique, que precisavam fugir dos submarinos alemães e das minas subaquáticas (Pires de Lima 1933, 10); a falta de organização sanitária e médica, que era responsável pela quase totalidade das mortes (15); o uso de água insalubre e de comida estragada (53); a atuação das grandes companhias que não construíam nem escolas, nem hospitais, nem estradas, e estavam interessadas apenas no recolhimento de impostos (66); a falta de medicamentos, o uso de remédios estragados e a compra de instrumentos médicos ultrapassados (68); o envio excessivo de itens que não serviam para a guerra, como ferraduras (69); a inauguração tardia de hospitais em locais onde já não eram necessários (99); o uso de aviões que caíam sem nunca terem entrado em combate (108); o uso de frágeis automóveis que constantemente quebravam nas estradas moçambicanas (72); e a desnacionalização dos territórios ocupados por Portugal, que pareciam cada vez mais ingleses (112).

A guerra, como aponta o autor, era “um gravíssimo erro político, absolutamente indesculpável para um País que pretende ser colonizador”, que não

só fragilizava o “histórico prestígio” dos portugueses em África, mas também favorecia apenas aos comerciantes ingleses (Pires de Lima 1933, 63-64). O espólio de guerra português seria, portanto, contabilizar os seus mortos e utilizá-los como barganha em uma futura Conferência de Paz (63). Talvez, por esta razão, como argumenta Pires de Lima (1933, 63), é que os soldados portugueses tenham sido deixados em Moçambique para morrer.

Consequentemente, os colonos portugueses são narrados a partir de dois grupos, há os heroicos e “semi-deuses” colonizadores do século XVI, que representam a “grandeza passada” (Pires de Lima 1933, 13-14), e há a raça decaída, mas não degenerada, dos colonizadores daquele momento (110). No entanto, segundo o autor, não havia uma degenerescência coletiva da raça portuguesa, mas sim uma crise (identitária) causada pela sucessiva má escolha de governantes (100). Desse modo, a recuperação do carácter heroico dos portugueses só seria possível com uma mudança no governo, ou, quiçá, com uma mudança de regime político. Ainda que o autor não defenda explicitamente uma mudança de regime político, o mesmo sugere que o desmantelamento do império colonial português não diz respeito apenas ao regime republicano, mas também à última monarquia (91).

Sobre as populações nativas, repete-se os tópicos racistas de uma suposta inferioridade racial, cultural e civilizacional africana. Assim, são descritos como primitivos (Pires de Lima 1933, 14), selvagens (18), repugnantes (23) e diabólicos (24), ao mesmo tempo em que qualquer característica entendida como positiva é lida a partir da chave da infantilidade (64), da ideia dos africanos como “crianças grandes, com tôdas as qualidades e defeitos” (36). É esta infantilização projetada sobre os corpos negros e as culturas africanas que faz com que as qualidades africanas não perturbem o projeto colonial e nem produzam solidariedade, ou mesmo o reconhecimento da humanidade dessas populações. Logo, ainda que sejam solidários, religiosos, disciplinados (Pires de Lima 1933, 35), mais dignos e honestos do que muitos brancos (36) e guerreiros (115), não deixam nunca, no entendimento do autor, de serem primitivos, selvagens, repugnantes e diabólicos.

No que diz respeito aos outros povos colonizadores, apesar de reconhecer que as outras colônias são mais produtivas (Pires de Lima 1933, 71) e que os outros colonizadores são mais bem preparados (90), descreve todos eles, sejam os aliados ingleses ou os inimigos alemães, como usurpadores (71), que pretendem se apoderar dos territórios historicamente ocupados por Portugal. Ao reconhecer tanto o fracasso colonial português quanto o desenvolvimento económico das colônias inglesas, francesas e alemãs, o autor só consegue justificar a permanência da colonização portuguesa através da recuperação do seu passado quinhentista. Nesse sentido, as duras críticas do livro deveriam servir ao avivamento da grandeza colonial portuguesa, uma vez que as más escolhas políticas colocavam

em risco não só o prestígio de Portugal como nação civilizadora e colonizadora, mas a própria existência do Império colonial português (6).

Sobre o espaço africano, repete-se também, a partir de uma perspectiva da medicina higienista, a ideia de *locus horrendus*. Assim, o espaço africano é insalubre (Pires de Lima 1933, 16) e inóspito (24), a fauna e flora é misteriosa e ameaçadora (28), virgem e ferina (30), e o clima é capaz de azedar temperamentos, corroer a vontade de trabalhar e provocar “irritabilidade explosiva e depressão melancólica” (99). Sem conseguir projetar uma saída para além daquelas fornecidas pela medicina tropical, afirma que Moçambique é uma terra maldita, onde muito sofreu e onde muito viu sofrer (110).

Apesar das exaustivas críticas e da desesperança com que a obra termina, tanto Pires de Lima (1933, 4-5) quanto o prefaciador Ricardo Jorge (XIII), afirmam que o livro não é contra o colonialismo português, ao contrário, a obra e suas críticas visam apontar os erros para que eles não se repitam e organizar o futuro colonial. Nesse sentido, o que o autor defende é tanto o fim da precariedade e do imprevisto do colonialismo português quanto o fim da violência a que muitos corpos brancos foram expostos durante a guerra. Como diz Jorge (1933, XIII), o que se pretende é revigorar “a fé patriótica para que tais espetáculos, por decoro humano e militar, se não possam repetir”.

Por fim, podemos dizer que a principal motivação para a exclusão do livro do VII Concurso de Literatura Colonial coincide com o que é apontado pela ata do certame. O livro, ainda que deseje um revigoramento do colonialismo português, não deixa de ser um forte ataque ao governo colonial republicano, e por isso obviamente não haveria de interessar a uma instituição de governo que visava fundamentalmente propagandar as “conquistas” e os “avanços” da ação colonial portuguesa.

Considerações finais: o problema é a república e não a colonização

A partir da análise das obras selecionadas e de sua escassa fortuna crítica, podemos dizer que os textos e os autores de literatura colonial constituem um *corpus* que é propositalmente negligenciado pela crítica e pela historiografia literária portuguesa. No entanto, muitos desses livros, domesticados em suas leituras, são recuperados por outros campos do saber, especialmente pela história e pelo jornalismo. Certamente o silêncio imposto pela crítica e pela historiografia literária portuguesa se deve à parca literariedade das obras e ao uso de gêneros textuais pouco canônicos ou não literários, mas também ao desejo de fazer calar a violência do colonialismo português.

Em seu conjunto, as obras analisadas neste artigo são um retrato não só da precariedade e do imprevisto da colonização portuguesa, mas também da sua

violência. Assim, fazer esses textos falarem, assim como repensá-los dentro da tradição literária portuguesa, certamente produziria fissuras em ideias fundadoras da portugalidade, como os mitos do não racismo ou da não violência do colonialismo português. Por outro lado, fazê-los falar é uma oportunidade de reorganizar o futuro sem perder de vista as violências e as colonialidades que ainda permanecem na sociedade portuguesa.

Como pudemos ver, entre as obras analisadas, as narrativas se passam entre as décadas de dez e vinte do século XX, e privilegiam os espaços angolano (Granger 1926; Amaral Júnior, Fidalgo dos Santos 1929) e moçambicano (Pires de Lima 1933), ainda que apareçam também descrições de colônias inglesas e alemãs. Desse modo, os textos podem ser tomados como representativos do colonialismo português em Angola e Moçambique durante os períodos republicano e da ditadura militar.

Sobre o espaço narrativo, há obras que repetem o tópico de África como *locus horrendus*, como as obras de Granger (1926) e Pires de Lima (1933), mas há também o caso da obra de Amaral Júnior e Fidalgo dos Santos (1929) que descreve o espaço africano como lugar privilegiado de aventuras. Apesar de alguns desses textos não estarem alinhados com as características da literatura colonial, descritas por Trigo (1987), Ferreira (1989) e Mata (2014), estas diferentes escolhas narrativas não causam a desclassificação das obras e nem afetam o lugar destas no *corpus* da literatura colonial.

Não é demais repetir que as obras analisadas não questionam a ocupação e a colonização dos territórios africanos e nem pretendem ser uma defesa da independência desses povos, muito pelo contrário. Como já dissemos, as críticas têm o objetivo de aperfeiçoar a tal “missão civilizadora” portuguesa e não a extinguir. No entanto, enquanto a precariedade e o imprevisto da colonização portuguesa são duramente criticados, a violência contra as populações nativas quase sempre é justificada ou tolerada como parte do processo de assimilação.

Nesse sentido, todas as obras produzem e reforçam a ideia de uma inferioridade racial, cultural e civilizacional africana, descrevendo as populações nativas e suas culturas ora como bárbaros e selvagens, ora como crianças grandes. Assim, podemos dizer que a subalternização e a desumanização africana, construídas a partir do darwinismo social, são o grande mote utilizado pelos autores para justificar a necessidade da colonização.

No outro espectro, apesar de nenhuma obra questionar o mito da superioridade racial, cultural e civilizacional portuguesa, com exceção da novela de Amaral Júnior e Fidalgo dos Santos (1929) que repete o tópico do português heroico, todas as outras obras desestabilizam o lugar de heroicidade dos colonizadores portugueses. Nesse sentido, enquanto Granger (1926) os descreve como despreparados, Pires de Lima (1933) produz uma distinção entre os heroicos

portugueses quinhentistas e os descivilizados portugueses das primeiras décadas do século XX. Podemos dizer que, enquanto as críticas aos colonizadores portugueses são sempre por questões circunstanciais e provisórias, as percepções em relação aos povos e as civilizações africanas são descritas sempre como inatas. Apesar disso, as críticas aos colonos portugueses são certamente parte das razões para a desclassificação das obras.

Entre as obras analisadas destacamos também a forma como outros povos colonizadores europeus são narrados. De forma geral, prevalece o reconhecimento de que chegam aos territórios africanos mais bem preparados, no entanto, prevalece também o entendimento de que estes povos são usurpadores de um suposto direito histórico português sobre África, como podemos ver nas obras de Granger (1926) e Pires de Lima (1933). Esta percepção obviamente reflete as tensões em torno da posse dos territórios africanos, e remetem à Conferência de Berlim (1884-1885), ao *ultimatum inglês* (1891) e aos conflitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Na contramão dessas duas obras que constroem as outras nações colonizadoras europeias como inimigas, temos a novela de Amaral Júnior e Fidalgo dos Santos (1929), que aposta em uma conciliação entre os diversos povos europeus como forma de melhor explorar as riquezas do continente africano. Esta escolha narrativa, como vimos, é parte das razões para a desclassificação da obra do certame de literatura colonial. Nesse sentido, a propaganda colonial portuguesa, em um momento de acirramento das tensões diplomáticas, não apostava nem em saídas conciliatórias nem em elogios às outras colonizações em detrimento do colonialismo português.

Isto posto, podemos dizer que o principal motivo para a desclassificação das obras dos Concursos de Literatura Colonial, com exceção da obra de Amaral Júnior e Fidalgo dos Santos (1929), diz respeito às extensas e insistentes críticas à precariedade e ao improvisado do governo e da colonização portuguesa republicana. No entanto, é preciso destacar que a defesa da escravidão da novela de Amaral Júnior e Fidalgo dos Santos (1929) é uma causa que concorre para a desclassificação dessa obra.

Bibliografia

- Abecassis, Fernando. 2014. *A Grande Guerra em Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia.
- Amaral Júnior, João e J. Fidalgo Dos Santos. 1929. *Os Aventureiros da Selva: scenas d'Africa*. Lisboa: Renascença.

- BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLONIAS. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/BGC.aspx>
- Calmeiro, Margarida. 2014. *Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1934*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Carvalho, Manuel. 2014. "I Guerra Mundial – A Grande Guerra que Portugal quis esquecer". *Público*, 28 jul. de 2014. <https://www.publico.pt/2014/07/28/culturaipsilon/noticia/a-grande-guerra-que-portugal-quis-esquecer-1664212>
- Ferreira, Manuel. 1989. *O discurso no percurso africano: contribuição para uma estética africana*. Lisboa: Editora Plátano.
- Galvão, Henrique. 1929. *Em terra de Pretos: crônicas d'Angola*. Lisboa: Aillaud & Bertrand.
- Granger, Amável. 1926. *Facetas d'Angola*. Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- Lima, Veva de. 1928. *D'Aquem & D'Alem-Mar: chronicas de viagem (1923-1924)*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.
- Lima Garcia, José Luís. 2008. *Propaganda no Estado Novo e os Concursos de Literatura Colonial: o concurso da Agência Geral das Colónias / Ultramar*. In Torgal, Luís e Heloísa Paulo. *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- — —. 2011. *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Coimbra.
- Marques, Ricardo. 2017. "Invasão alemã". *Expresso* 50, 18 nov. 2017. <https://expresso.pt/cultura/2017-11-18-Invasao-alema>
- Maia, Helder Thiago. 2023. "O problema é a república: os livros rejeitados dos Concursos de Literatura Colonial (1928-1929)". *Revista Alere*, v. 29, n. 2, 227-262.
- Mata, Inocência. 2014. "Literaturas em português: encruzilhadas atlânticas". *Via Atlântica*, v. 1, n. 25, 59-82.
- Noa, Francisco. 2002. *Império, Mito e Miopia: Moçambique como invenção literária*. Alfragide: Editorial Caminho.
- Oliveira Pinto, Alberto. 2010. *Representações coloniais: história e literatura. Angola, os angolanos e suas culturas (1924-1939)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Lisboa.
- Pereira, Rui. 2019. "Ricardo Jorge, o mal-amado. Os serviços de saúde militar no quadro da Grande Guerra e da Gripe Pneumónica". In Silva, Helena, Rui Pereira e Filomena Bandeira. *Centenário da gripe pneumónica: a pandemia em retrospectiva. Portugal 1918-1919*. Lisboa: IGAS.
- Pires de Lima, Américo. 1933. *Na Costa d'África: memórias de um médico expedicionário*. Lisboa: Patria Gaia.

- Sousa, Sandra. 2013. *Ficções do outro: império, raça e subjectividade no Moçambique colonial*. Tese (Doutorado em Filosofia), Brown University.
- Torgal, Luís e Heloísa Paulo. 2008. *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Trigo, Salvato. 1987. *Literatura colonial— Literaturas africanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 139-157.

Helder Thiago Maia

é Investigador do Centro de Estudos Comparatistas, da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, com financiamento FCT no âmbito do projecto 2022.00903.CEECIND. É doutor em Literatura pela Universidade Federal Fluminense. É editor das Revistas Periódicus (UBFA) e Via Atlântica (USP).

Contacto: heldermaia@edu.ulisboa.pt

Recebido: 12/12/2023

Aceito: 27/05/2024